

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA

MOCÃO

Contra o encerramento de escolas e a constituição de mega-agrupamentos

Considerando que o nosso País atravessa uma profunda crise, com graves problemas económicos e sociais, resultantes, em grande medida, da insistência num modelo de desenvolvimento económico assente na baixa qualificação dos portugueses e nos baixos salários.

Admitindo que a solução para a actual crise passa, entre outras, por uma aposta séria numa política educativa que assuma a educação como um valor estratégico para o desenvolvimento do País.

Aceitando que é necessário investir numa Escola Pública de Qualidade e gratuita que verdadeiramente aproveite o enorme potencial humano das actuais e futuras gerações, bem como a diversidade regional.

Tendo em consideração que a decisão do Governo do PS, inserida no conjunto de medidas acordadas com o PSD, de encerrar mais 900 escolas e a imposição de um processo de "reestruturação" da rede escolar com a fusão de agrupamentos, a extinção de outros e a integração de escolas secundárias noutros já constituídos é uma solução meramente administrativa, economicista, desumana e sem racionalidade do ponto de vista pedagógico.

Considerando que a decisão de encerrar as escolas com menos de 21 alunos assenta num critério cego que não tem em conta a diversidade de contextos.

Esclarecendo que após ter encerrado mais de 2300 em quatro anos, o Governo PS dá mais um passo na concretização do objectivo definido em 2005 de encerrar 4500 escolas. Fazem-no sem o mínimo respeito pelas opiniões de pais, professores e autarcas, expressas nas cartas educativas já decididas e homologadas pelo Governo.

Criticando o falso argumento do Governo de que o insucesso escolar está directamente ligado à dimensão da escola, bem como a ideia de que o processo de socialização das crianças passa por as integrar em grandes centros escolares, afastados muitas vezes dezenas de quilómetros da sua localidade, afastando-as desta forma da comunidade onde estão integradas e do convívio familiar, apenas vem confirmar o profundo desprezo com que este Governo, tal como o anterior, tratam os direitos dos alunos, dos trabalhadores da educação e das famílias.

Considerando que com estes artificios o Governo PS procura esconder o que é cada vez mais evidente: os problemas mais graves com que a escola pública se defronta, o insucesso escolar e o abandono escolar, têm a sua causa principal a montante da escola, nomeadamente nas condições sócio-económicas das famílias. Esquecem, nesta cega caminhada, uma questão

decisiva no processo educativo das crianças que é a importância das famílias na educação dos seus filhos.

Entendendo que com o encerramento das escolas e o chamado processo de reestruturação da rede escolar, o Governo procura sobretudo desinvestir no ensino público reduzindo, substancialmente, o número de profissionais, docentes e não docentes, mesmo sabendo que este objectivo será sempre atingido à custa da qualidade do ensino.

Esclarecendo que a tese do Ministério da Educação de que são aceitáveis agrupamentos de escolas até 3000 alunos, juntando crianças do pré-escolar, do básico e do secundário, revela a incapacidade do governo em perceber que esta decisão é uma aberração do ponto de vista pedagógico, para além de tornar impessoais as relações dentro da comunidade educativa.

Ignorando o abandono da lógica de concentração que tem sido seguida noutros países como a Noruega, a Suécia ou mesmo a Espanha, o Governo do PS decide concentrar a nível de decisão provocando ainda maiores assimetrias regionais.

A Assembleia Municipal da Moita, na reunião ordinária de 25 de Junho de 2010 delibera o seguinte:

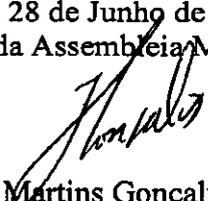
1-Exigir do Governo o fim dos processos de encerramento de escolas e o processo de “reestruturação” da rede escolar, evitando o desencadear da desertificação do interior do País e o agravamento das assimetrias regionais.

2-Apelar à comunidade educativa – aos profissionais da educação, docentes e não docentes, aos pais e aos autarcas – e às populações de uma forma geral que lutem em defesa da Escola Pública, da gestão democrática e contra este embuste que a médio e longo prazo se traduzirá na degradação das condições de aprendizagem dos alunos.

3-Enviar a presente moção ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, à Ministra da Educação, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, aos Sindicatos dos profissionais da Educação e ainda a todas as escolas e agrupamentos do Concelho da Moita.

4-Enviar a presente moção à Comunicação Social Local e Regional para conhecimento dos pais e alunos afectados pelas decisões de encerrar escolas e constituir Mega-Agrupamentos e para que estes se pronunciem.

Moita, 28 de Junho de 2010
O Presidente da Assembleia Municipal


(Joaquim Martins Gonçalves)

Deliberação: Aprovada por maioria com dez votos contra e três abstenções.